


ABRIL 2018

76ª EDIÇÃO | JORNAL DO  SISMAR | SINDICATO DOS SERVIDORES DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

SismMando

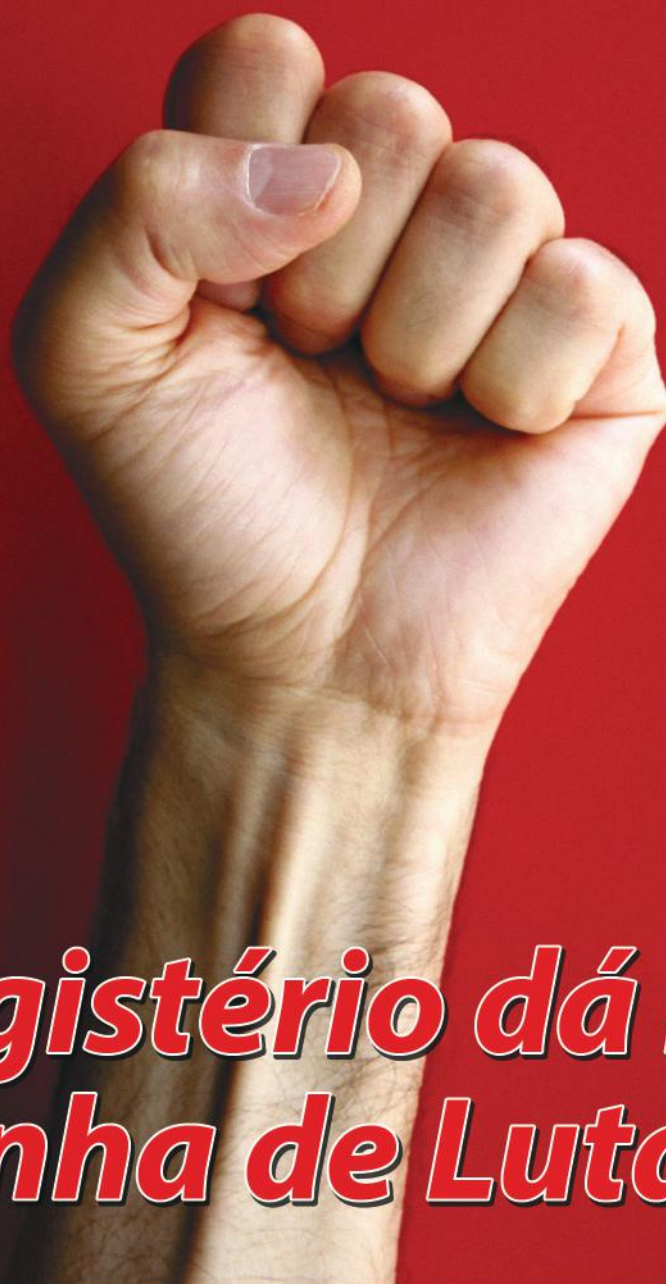


Gestão FIRMES! A Luta Muda a Vida 2018-2020

www.sismmar.com.br

Mala Direta
Domiciliária
40.188.757/0001-75DR/PPR
SISMAR

Distribuição Lei 6.538/78, Art. 40, § 1º



Magistério dá início à Campanha de Lutas 2018



A assembleia de 28 de março definiu a pauta prioritária e escolheu os representantes de base para as negociações

Gestão Democrática

De eleição de diretores a consulta pública

Mudanças propostas para a lei ferem o princípio da gestão democrática

A promoção de eleições para se escolher direções de escolas públicas é uma prática que se consolidou nos anos 1980, no período de redemocratização. O propósito era desmontar o modelo em que direções escolares se tornavam braço da ditadura militar.

Com o ressoar de ventos autoritários, esta conquista democrática passou a ser juridicamente questionada. A tese é de que a escolha de

comissionados seria de competência do governante.

Por este motivo, a Smed estuda mudanças no processo eleitoral para direções das unidades educacionais. Uma delas é mudar o nome de eleições diretas para Consulta Pública, a fim de afastar a alegação de ilegalidade. A princípio, não deve ocorrer mudança prática, desde que os prefeitos respeitem a vontade da comunidade escolar.

O Sismmar entende que a direção deve representar a vontade de mães, pais, professores, estudantes e funcionários. Deve atuar na defesa dos anseios da comunidade junto ao governo. Sua ação deve ser de baixo para cima.

Não pode ser meio de controle do governo para subjugar a comunidade escolar aos seus interesses, muitas vezes eleitorais, de cima para baixo.

Absurdo. Direções precisariam congelar carreira em 1 padrão

A proposta que mais preocupa nas mudanças das eleições de direções pode prejudicar a carreira profissional de diretoras e diretores. Seria o afastamento do segundo padrão para diretores que possuem dois padrões.

A primeira consequência seria inviabilizar a candidatura em muitos locais, pela ausência de pessoas dispostos a terem suas carreiras congeladas em um padrão. As vagas deixadas seriam ocupadas por pessoas indicadas pelo prefeito, interferindo no exercício da gestão democrática.

A justificativa da Smed é de que o professor com dois padrões não pode receber a gratificação por representar

acúmulo e cargos. Então, propõe valor maior ao benefício para compensar as perdas. O problema é que elas se dão a longo prazo.

A carreira fica congelada em um padrão, pois qualquer afastamento do efetivo exercício de cargo público incide diretamente sobre direitos como o triênio para avanços e o tempo de serviço para a aposentadoria especial. A exceção é para licença-saúde.

O Sismmar não concorda com esta proposta. Não há acúmulo de cargos porque o/a professor/a continua com seus dois padrões, assumindo a função de diretor/a escolar. A gratificação deve ser paga para bonificar a responsabi-

lidade que o/a professor/a adquire ao assumir a direção.

Afinal, a Lei Federal Nº 11.301/06, que dispõe sobre a aposentadoria especial de direções escolares, considera como “funções de magistério as exercidas por professores e especialistas em educação no desempenho de atividades educativas, (...) incluídas, (...) as [funções] de direção de unidade escolar.”

Se o projeto de lei for enviado à Câmara Municipal nestes termos, o sindicato levará este debate a público, chamando a sociedade, mobilizando a categoria e atuando junto aos vereadores e demais autoridades para impedir retrocesso.

Docência II

Propostas para a carreira preocupam

A Smed está elaborando uma minuta para alterar o PCCV para regulamentar a carreira dos profissionais de Docência II que atuam em projetos. A direção do Sismmar pediu para participar da comissão que debate o tema, mas o secretário da Educação negou.

Hora-aula

Uma reivindicação importante para a Docência II é regulamentar a jornada em hora-aula. A Smed se esquivava desta responsabilidade. Joga para a categoria iniciativa de elaborar a redação do projeto de lei, mas não assume nenhum compromisso de encaminhar a regulamentação proposta pelo magistério. Mesmo sendo professor da Docência II e ex-sindicalista, o secretário age como se desconhecesse a pauta da categoria a que pertence.

CMEC

Sobre os profissionais que atuam no CMEC, a Secretaria da Educação e o CMEC deverão propor alteração da nomenclatura do espaço para unidade educacional.

Desta forma, segundo o secretário, os direitos previdenciários dos trabalhadores do 6º ao 9º ano estariam assegurados de forma retroativa a 2017.

Até parece que o secretário não foi conselheiro do FPMA e não conhece a legislação previdenciária.

A proposta é uma ilusão e só atende às necessidades emergenciais da Smed. A qualquer momento um procurador geral do Município pode questionar a legalidade de condição do CMEC como unidade educacional e negar as aposentadorias especiais. Basta olhar a posição do governo frente à aposentadoria especial das pedagogas, respaldadas por lei federal, mas que se recusa a aceitar.

Além do mais, o direito não retroage na lei. Quem atua no CMEC pode vir a ter problemas para contar este tempo de trabalho a aposentadoria especial. O Município já tem os exemplos recentes da “Oficina de Artes” e do “Clube de Ciências”, cuja situação é análoga.

BNCC

Desvendando a Base Nacional Comum Curricular

A BNCC reduz os conteúdos do Ensino Médio público à formação de estudante como mão-de-obra barata. Reserva o ensino mais abrangente às classes abastadas que pagam escola privada para, assim, controlar as posições-chaves do Estado e da sociedade.

Com a desculpa de padronizar a educação no Brasil, desde 2014 o MEC (Ministério da Educação) vem elaborando a BNCC – Base Nacional Comum Curricular, que é composta por dois textos: Ensino Fundamental e Ensino Médio.

O texto para o Ensino

Médio deve apresentar apenas as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Todas as demais ficam dentro das áreas de conhecimento.

A BNCC define o que todos os alunos têm direito a aprender e será referência para a (re)elaboração dos currículos em todas as redes e escolas do país. Conforme definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o documento estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da esco-

laridade.

Juntando esses elementos com a prática, a pedagogia das competências transporta para dentro da escola a lógica concorrencial e individualista. Destruí qualquer possibilidade cultural, ética e científica, pois todo o saber fica reduzido ao desenvolvimento de habilidades valorizadas pelo mercado de trabalho.

Não por acaso, a BNCC do Ensino Médio apresenta como disciplinas apenas a Língua Portuguesa e a Matemática. Isso é uma redução imensa do currículo, pois as

demais disciplinas tornam-se secundárias. Algumas, como a Filosofia e da Sociologia, têm o seu objeto de ensino alterado conforme as necessidades da educação empreendedora.

Em 2017 o ministro da Educação Mendonça Filho apresentou o novo ensino médio para representantes do Banco Mundial.

O orçamento do banco para projetos do governo brasileiro nos próximos dois anos é de US\$ 1,5 bilhão, aproximadamente R\$ 5 bilhões de reais. É curioso que, após a Emenda Constitucional 95

limitar por 20 anos os gastos públicos, o Brasil necessite recorrer aos empréstimos internacionais, aumentando a dívida enquanto limita ainda mais os investimentos na educação pública.

Concordar com as mudanças propostas pela BNCC e demais retrocessos significa tornar-se cúmplice do sucateamento do sistema público de educação. É permitir a apropriação do conhecimento por conglomerados empresariais voltados à obtenção de lucros privados, sem compromisso social.

Campanha de Lutas

Magistério se prepara para a luta

A mobilização será em união com os demais servidores municipais, representados pelo Sifar



Professores comparecem em grande número à assembleia

Representantes de base para a Comissão de Negociação

Além de dirigentes sindicais, é importante que nas reuniões de negociação com o governo também estejam presentes profissionais da base da categoria.

Por causa disto, na assembleia de 28 de março a direção sindical colocou a questão em debate e professores de diferentes segmentos do Magistério se dispuseram a participar.

O Sismmar promoverá formação sindical para pre-

parar dirigentes e representantes de base para as negociações.

A representação de base nas negociações é:

- **Docência I**
Elizabeth Lima Oliveira
Zuleica Gapski Vieira
- **Aposentadas**
Marli Gomes
Márcia Resner
Dirce Rodrigues
- **Docência II**
Marco Antônio B. Mafra
Paulo Antônio dos Santos

Progressão por certificação

Orientações pra assegurar avanços

Em março, a direção do Sismmar detectou problemas na plataforma online de cadastro dos certificados para as progressões. Conheça no quadro os problemas encontrados.

Imediatamente, a direção sindical comunicou oficialmente a Smed e solicitou os ajustes e a revisão dos processos já protocolados.

Orientações

A preocupação é de que os problemas acarretem em indeferimento de horas ou de todo o pedido. Isto faria profissionais a ter de esperar um ano até o próximo pedido.

O sindicato também orienta os profissionais a analisarem com atenção cada certificado cadastrado na plataforma e conferir se já foram utilizados anteriormente. Em

caso de dúvida, ou incongruência, deve-se solicitar no CTA da Smed o relatório com a lista dos certificados protocolados no processo anterior. O jurídico do Sismmar está à disposição, caso seja necessário formalizar requerimentos administrativos.

Outro fator importante é os profissionais atentarem para o dia e mês do último protocolo e realizarem pedido após essa data, evitando indeferimento em razão do descumprimento do interstício mínimo de três anos.

O prazo para protocolo encerra-se no dia 30 de abril de 2018.

Secretário

Segundo o secretário Henrique Theobald, está acertado com o departamento de Tecnologia que o sistema

A assembleia de 28 de março no salão da Igreja do Perpétuo Socorro deu início à Campanha de Lutas 2018, do Magistério de Araucária.

Os professores definiram as reivindicações mais urgentes para obter reajuste salarial com ganho real, restituir a carreira e obter condições de trabalho adequadas. Leia no quadro, em detalhes, a pauta prioritária. Também escolheu professores da base da categoria para compor a Comissão de Negociação.

Como tem ocorrido nos últimos anos, a Campanha de Lutas será desenvolvida em unidade com os demais servidores municipais, representados pelo Sifar. Há propósitos em comum e a união das forças é importante para enfrentar o governo nas negociações. Na primeira quinzena de maio será convocada assembleia unificada visando a data-base de reajuste de 1º de junho.

Os sindicatos querem que as negociações sejam produtivas e atendam às necessidades dos trabalhadores do serviço público.

No entanto, para isto, será preciso boa vontade do governo. Se não houver, o funcionalismo vai ter que pressionar das mais diversas formas. O Sismmar e o Sifar já estão se preparando.

No ano passado, o pre-

feito Hissam procurou tumultuar conversações com gestos intempestivos e alterados. Buscava desculpas para interromper o diálogo e abandonar reuniões. Neste ano, a categoria vai querer mais respeito.

Pauta prioritária

Definida na assembleia de 28 de março de 2018

Salário

- Reajuste salarial de acordo com o índice publicado pelo MEC para a Lei do Piso, que contempla a inflação do período e ganho real aos servidores em atividade e aposentados
- Recomposição salarial das perdas históricas ocorridas por reajustes pagos fora da data-base e abaixo da inflação
- Reajuste do Vale-alimentação
- Retorno do abono dos aposentados

Carreira

- Revogação do parecer 1087/2013, que congela a carreira dos professores da docência I e imediato pagamento das promoções verticais
- Defesa da carreira dos professores da docência II
- Implementação das promoções e progressões de aposentados que adquiriram o direito e se aposentaram entre 2013 e 2017
- Reenquadramento dos aposentados que têm este direito, retroativo a 2008
- Pagamento retroativo das promoções e progressões que deixaram de ser pagas de 2013 a 2017
- Implementar a aposentadoria especial para pedagogas/os

Condições de trabalho

- Aplicação da hora-atividade de 1/3 da jornada (Lei 11.738/08) a todos os profissionais do magistério
- Ampliar as nomeações de professores da Docência I até atender toda a demanda com 1/3 de hora-atividade
- Convocação das/os pedagogas/os concursadas/os para cumprir a Resolução 04/16, do CME, sobre o dimensionamento de pedagogas/os por unidade
- Regulamentação imediata das substituições
- Garantia de eleições democráticas para direção de unidades educacionais, sem prejuízo à carreira dos eleitos

Eleição sindical

Definido o Conselho Fiscal do Sismmar

Na eleição realizada pelo Sismmar em novembro de 2017, não foram inscritas candidaturas ao Conselho Fiscal. Em virtude disto, na primeira assembleia convocada pela nova diretoria eleita foi incluída na pauta a eleição de professores para fiscalizarem a utilização dos recursos do sindicato. Assim, a 28 de março de 2018, no salão do

Perpétuo Socorro, foram eleitas para integrar o Conselho Fiscal do Sismmar:

Titulares

- Eloísa Helena Grilo
- Ana Paula Vansueta
- Simeri Ribas Calisto

Suplentes

- Kathleen Marczynski
- Dirléia A Mathias
- Márcia Resner

Racismo

Distribuição de vagas gera questionamentos

Sismmar e Sifar questionaram o governo, que permitiu a ocorrência de discriminação na distribuição de aulas

Gerou polêmica a distribuição de vagas para novos concursados ocorrida em 2 de abril. Professores que ingressaram pelo sistema de cotas raciais foram deixados para o final da lista e se sentiram

discriminados. O Sismmar e o Sifar protocolaram ofício junto à Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas para solicitar esclarecimentos sobre os critérios, manifestar a posição das entidades e requerer pro-

vidências. Servidores e representantes do Fórum de Combate ao Racismo em Araucária estiveram presentes.

Não há lei regulamente a forma de distribuição de aulas aos cotistas. Porém, há uma

convenção de que se deve atender ao princípio da proporcionalidade, de forma que a inclusão seja completa. Assim, como 10% das vagas são de cotistas, a cada 10% dos concursados a escolher vaga, um deve ser cotista.

Este princípio não foi respeitado no primeiro momento pela orientação da Gestão do Município. A fim de reparar o erro, foi necessária nova escolha de vagas, realizada no dia 5 de abril. Isto, porém acabou causando transtornos para todos os envolvidos, gerando descontentamento também entre os não cotistas.

Antes de iniciar a nova distribuição de vagas, as funcionárias da Smed foram questionadas pelos profes-

res sobre os critérios que seriam adotados. Havia dúvidas, críticas e revoltas. As funcionárias da Smed solicitaram a presença do diretor geral da SMGP Ricardo da Silva Machado, para que prestasse os devidos esclarecimentos. Ele respondeu por telefone que não iria, demonstrando des-caso com os trabalhadores.

Foram os dirigentes do Sismmar, com sua assessoria jurídica, que acabaram mediando a situação.

O Sismmar espera que, com o ocorrido, o governo municipal regule o processo e oriente os servidores sobre a função inclusiva da política de cotas, para que não se repitam práticas discriminatórias.

Confira a íntegra do documento

Senhora secretária,

O SIMMAR – Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Araucária e o SIFAR – Sindicato dos Funcionários e/ou Servidores Públicos do Município de Araucária, vêm, por meio deste, manifestar posição e requerer providências em relação ao ocorrido durante o procedimento de escolha de vagas pelos/as professores/as da Docência I.

A escolha de vagas para o magistério na tarde de 02 de abril de 2018, referente ao Concurso Público de 2017, demonstrou desconhecimento do poder público sobre a importância das políticas afirmativas. Na abertura do processo, a fala da mesa indicou que os/as candidatos/as que ingressaram pela política de cotas raciais seriam os/as últimos/as a escolher as vagas.

A interpretação da gestão municipal é de que se intercalassem os/as cotistas, aqueles/as que teriam

uma nota inferior passariam à frente dos/as cotistas que entraram pela ampla concorrência. Ora, se não há uma regulamentação para escolha das vagas, a adoção desses critérios é contraditória com o real sentido da reserva de vagas para afrodescendentes.

Não admitimos que uma política afirmativa, construída para reparar um legado histórico de desigualdade, seja tratada apenas à letra fria da lei. Relegar os/as cotistas a segundo plano, ou deixar negros/as e pardos/as por último é criar uma distinção no processo seletivo que não se justifica de maneira alguma!

A fundamentação para esses critérios é questionável e não se ampara em lei ou decreto municipal algum. Além disso, fere a Constituição, pois não se pode criar condições desiguais que resultem em desvantagem para um grupo que sempre se organizou para ser reconhecido e valorizado pela sociedade. A falta de cla-

reza, intencional ou não, passa uma mensagem de que as cotas são um privilégio – discurso que ecoa entre os herdeiros da Casa Grande.

O município de Araucária, que já recebeu o Selo Educação para a Igualdade Racial por sua política educacional voltada à valorização da história e cultura indígena, africana e afro-brasileira, retrocede ao impor a professores/as a não possibilidade de escolher suas vagas em condições de igualdade. Isso em tempos em que vivenciamos o crescimento da intolerância e frequentes casos de racismo e a predominância dos discursos de ódio.

Diante do exposto, reafirmamos que não nos silenciaremos perante práticas discriminatórias e excludentes.

Sarita Malaguty, presidente do Sifar

Josiane Furman e Daniel Lazinho, coordenação geral do Sismmar

Sismmar e Sifar questionaram por ofício na Sec. de Gestão de Pessoas os critérios da distribuição de aulas de 2 de abril



Diante da omissão da Gestão de Pessoas, dirigentes e assessoria jurídica do Sismmar mediarão a situação gerada pela falta de critérios, em 5 de abril

Quando o racismo é institucional

O conceito de racismo institucional foi definido por ativistas integrantes do grupo Panteras Negras, em 1967, para especificar como se manifesta a discriminação racial nas estruturas de organização da sociedade e nas instituições, especialmente nos locais de trabalho.

De acordo com a professora e pesquisadora Márcia Pereira Leite, “no Brasil, os negros sofrem não só a discriminação racial devida ao preconceito, mas também o racismo institucional, que inspira políticas estatais que lhe são dirigidas e se materializa

nelas”.

Infelizmente, os indicadores de racismo institucional no Brasil são alarmantes e denotam práticas cotidianas. As empresas nacionais lideram o ranking de minoria negra contratada. Além disso, é comum negros terem salário menor do que brancos, mesmo quando exercem a mesma função. A disparidade é ainda mais alarmante quando se tratam de mulheres negras.

Em 2016, o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística estimou em R\$ 2.043 a renda média mensal no Brasil. Brancos recebiam

em média R\$ 2.660. Pardos recebiam R\$ 1.480 e negros, apenas R\$ 1.461, na média.

Porém, o racismo institucional não se limita às diferenças salariais. A mesma pesquisa do IBGE revelou que as taxas de desemprego eram maiores entre negros e pardos.

A população afrodescendente no Brasil é representada por mais de 54% da população. A baixa renda entre a maioria dos negros dificulta o acesso à educação. É mais difícil para um negro se manter em uma universidade, por exemplo – mesmo que seja bolsista ou cotista. Quando

se trata de cursos “elitizados” então, as dificuldades são maiores ainda.

O Estado, por mais que tenha avançado em políticas públicas para a promoção da igualdade racial, não desenvolve, na prática, ações para conscientização da população em repensar suas práticas e observar condutas racistas veladas.

Os avanços conquistados foram devido à organização do povo negro na defesa dos seus direitos e no combate ao racismo. Em Araucária, foi criado o Fórum de Combate ao Racismo, que se constituiu

a partir de episódios sofridos pela trabalhadora Janete Martins, que recebeu cartas com teor de ameaças em função de sua cor. O fórum promove ações de resistência, conscientização e combate ao racismo.

É preciso estabelecer e ampliar o debate para toda a sociedade. O sistema de cotas, apesar de ser um importante mecanismo de inclusão, por si só não resolve o problema do racismo institucionalizado. Precisamos de ações e investimentos para evoluir e caminhar para a plena igualdade.

Formação

Sismmar realiza estudos político-pedagógicos

Além da Pedagogia Histórico Crítica, feminismo classista e teoria marxista também são temas em debate

A Rede Municipal de Ensino de Araucária tem na Pedagogia Histórico-Crítica a sua concepção teórica fundamental. O Sismmar retoma os estudos desta linha pedagógica, numa proposta de formação em parceria com a Unioeste (Universidade Estadual do Oeste do Paraná). A universidade já realiza este projeto com muitos outros municípios, desde 2017.

Diversos grupos já estão organizados em Araucária e contam com a participação de aproximadamente 150 pessoas. Os encontros serão mensais. Com o compromisso de dar maior qualidade, haverá palestras que contribuirão com o aprofundamento dos estudos.

A grande procura no período de inscrições, revelou a disposição de professoras/es, pedagogas/os e demais trabalhadores da educação em compreender melhor as estruturas que temos como trabalhadores da educação. Este é um fator muito positivo que impulsionou o Sismmar a buscar mais formas de estreitar os vínculos entre nós e os nossos com os conceitos da Pedagogia Histórico-Crítica.

Outros dois grupos de estudos estão funcionando no Sismmar às segundas-feiras à noite: um sobre **Feminismo Classista**, e outro sobre a **Teoria Marxista**. Em ambos, busca-se identificar as relações possíveis, com o objetivo de qualificar a atuação sindical.



Magistério demonstrou grande interesse em aprofundar o conhecimento sobre a Pedagogia Histórico-Crítica

Palestras e grupos de estudos ajudam a aprofundar os debates

A primeira palestra a dar suporte e aprofundamento aos estudos que o Sismmar está promovendo ocorreu em 9 de abril. O professor doutor Paulino José Orso (Unioeste) falou a trabalhadoras/es da educação sobre a Pedagogia Histórico-Crítica e a escola contemporânea. A atividade ocorreu nos períodos da manhã e da tarde no plenarinho da Câmara Municipal.

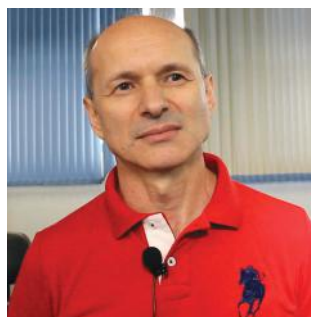
Outras palestras serão realizadas no decorrer do ano com o mesmo propósito de dar apoio à formação.

Paulino Orso foi o primeiro convidado porque, em virtude do seu trabalho, a Unioeste promove o estudo sistematizado da Pedagogia

Histórico-Crítica, auxiliando e fornecendo materiais e certificação, que traz agora a Araucária em parceria com o Sismmar.

Diante dos ataques e do desmonte da escola pública, a direção sindical entende que os grupos de estudos têm importância fundamental para melhor compreensão da sociedade e para realizar uma prática transformadora.

Todavia, para isso, há que se superar o espontaneísmo e levar a cabo um trabalho intencional, planejado, organizado, contínuo e sistemático, tanto na escola como para além dela. É necessário ousar mais, traçar planos, metas e dar um passo além.



Paulino José Orso

Os grupos de estudos funcionam articulados entre si, na modalidade de autogestão e podem ser organizados em qualquer escola, universidade, cidade. Percorrem uma série de etapas ao longo de alguns anos, com programação previamente estabelecida. Confira ao lado e abaixo.

Os estudos já começaram e terão sequência

2017 - 1ª etapa - Fundamentos da PHC I, com estudo e discussão sobre a obra de Dermeval Saviani: "Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações".

2018 - 2ª etapa - Fundamentos da PHC II, com estudo e discussão sobre a obra de Dermeval Saviani "Escola e Democracia" e outros textos.

2019 - 3ª etapa - Aprofundamento sobre a PHC I.

2020 - 4ª etapa - Questões teórico-metodológicas da PHC I, com estudos e discussões sobre as questões básicas da PHC: dialética, materialismo histórico dialético, as categorias trabalho, contradição, totalidade e modo de produção.

2021 - 5ª etapa - Questões teórico-metodológicas da PHC II.

2022 - 6ª etapa - Desafios da implementação da PHC I, com estudos e discussões sobre a institucionalização da PHC.

2023 - 7ª etapa - Desafios da implementação da PHC II.

Grupos de Estudos

Cronograma

- **20 de março a 30 de abril**
O prazo para inscrições, gratuitas, foi prorrogado até o final de abril.
- **Abril a setembro**
A partir de abril os grupos já podem iniciar os encontros de estudos
- **1º a 20 de outubro**
Entrega do relatório com a síntese das discussões dos encontros.
- **Novembro**
Encontro de encerramento das atividades do ano.

Programa

1º Encontro - Discussão do capítulo 1 do livro "Escola e Democracia – As teorias da educação e o problema da marginalidade".

2º Encontro - Discussão do capítulo 2º do livro "Escola e Democracia" – "Escola e Democracia I – A teoria da curvatura da vara".

3º Encontro - Discussão do capítulo 3º do livro "Escola e Democracia" – "Escola e Democracia II – Para além da teoria da curvatura da vara".

4º Encontro - Discussão do Capítulo 4º do livro "Escola e Democracia" - "Onze teses sobre educação e política".

5º Encontro - Discussão do texto: "A Pedagogia Histórico-Crítica no bojo das teorias educacionais". (Elisângela Zarpelon Aksenen)

6º Encontro - Discussão do texto: "Pedagogia Histórico-Crítica e a formação da individualidade para si". (Newton Duarte)

7º Encontro - Discussão do texto: "Pedagogia Histórico-Crítica e a defesa do saber objetivo como centro do currículo escolar". (Paulino José Orso; Julia Malanchen)

8º Discussão e aprovação coletiva do relatório final.

Formação

A Pedagogia Histórico-Crítica em Araucária

Apesar de ser a base pedagógica da rede municipal, é pouco difundida entre o magistério

Verieli Della Justina

As Diretrizes Municipais de Educação de Araucária foram atualizadas e organizadas por um extenso conjunto de profissionais entre os anos de 2009 e 2012. Tiveram na obra de Dermeval Saviani a base teórica capaz de responder aos questionamentos colocados à educação nacional naquele momento.

Consultando o texto das nossas diretrizes, encontramos os fundamentos da Pedagogia Histórico-Crítica em todo o corpo do documento:

Compreendendo a educação como ato de produzir direta e intencionalmente em cada indivíduo singular a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens, a pedagogia Histórico-crítica, interessada em articular a escola com as necessidades da classe trabalhadora, está empenhada em por em ação métodos de ensino eficazes. (Saviani, 2008, p.128) pg 15 DME

A educação brasileira pode ser analisada a partir da obra de Saviani. A Pedagogia Histórico-Crítica (1994) estabeleceu um marco na história educacional, quando trouxe profundas reflexões sobre educação e sociedade. Entre



O professor Dermeval Saviani é a principal referência teórica da Pedagogia Histórico Crítica

elas, a necessidade de valorizar a escola pública, regular a carreira do magistério e firmar condições dignas no exercício da profissão.

Saviani (1994) representa assim uma possibilidade de enfrentar e superar problemas na educação e na sociedade brasileira, contrapondo-se a outras tendências pedagógicas que lhe fazem concorrência, em especial as tendências liberais, também ditas não críticas. Uma tendência não-crítica "acredita (...) ter a educação o poder

de determinar as relações sociais, gozando de uma autonomia plena em relação à estrutura social" (SAVIANI, 1994, p.93). pg 19 DME

A Pedagogia Histórico-Crítica parte do pressuposto de que em uma sociedade capitalista faz-se valer "uma educação que não seja, necessariamente, reprodutora da situação vigente, e sim adequada aos interesses da maioria, aos interesses daquele grande contingente da sociedade brasileira, explorado pela classe dominante"

(SAVIANI, 1994, p.94). pg 20 DME

Um marco na educação brasileira e pouco conhecida no cotidiano escolar, a Pedagogia Histórico-Crítica tem como foco a transmissão de conteúdos científicos por parte da escola, sem ter, na pura transmissão destes, o seu foco. Num ensino conteudista, a grande quantidade de conteúdos se justifica num processo de simples acúmulo e competição pelos estudantes. Não há preocupação com o desenvolvimento intelectual, cultural e de análise. Na teoria de Saviani, o acesso dos trabalhadores ao conhecimento social e científico se dá em paralelo com o pensamento sobre esses conteúdos, ampliando a leitura de mundo e possibilitando a

transformação necessária da sociedade.

Trata-se de uma pedagogia contra-hegemônica, preocupada com os problemas educacionais decorrentes da exploração do homem pelo homem. É uma teoria organizada no Brasil a partir da década de 1980.

Na Pedagogia Histórico-Crítica, a educação escolar é valorizada, tendo o papel de garantir os conteúdos que permitam aos alunos compreender e participar da sociedade de forma crítica, superando a visão de senso comum. A ideia é socializar o saber sistematizado historicamente e construído pelo homem. Nesse sentido, o papel da escola é propiciar as condições necessárias para a transmissão e a assimilação desse saber.

Nas palavras do próprio Saviani: "para que essa teoria se desenvolva efetivamente é necessário um outro tipo de organização social e isso é difícil porque, nesse caso, a nossa sociedade é questionada, mas a ideia é assegurar aos alunos o domínio dos conhecimentos e conquistas humanas para que eles possam agir na sociedade de maneira diferente".

Portanto, do uso do texto no documento oficial, à sua efetiva aplicação na prática realizada dentro das unidades educacionais, o caminho é longo e cheio de obstáculos. Porém, a teoria desvinculada da prática é justamente uma das principais críticas de Saviani.

Por que estudar a Pedagogia Histórico-Crítica

A Pedagogia Histórico-Crítica foi idealizada inicialmente pelo filósofo e pedagogo Dermeval Saviani no final da década de 1970, no contexto da ditadura civil-militar, opondo-se às pedagogias não críticas e crítico-reprodutivistas. Recebeu seu nome definitivo somente em 1984.

Inicialmente, tratava-se de uma produção praticamente individual. Depois, disseminou-se e assumiu um caráter cada vez mais coletivo. Hoje, a PHC e história da educação brasileira praticamente se confundem, de tal modo que não dá para explicar uma sem considerar a outra.

Ao longo do tempo, a

PHC tem acumulado reflexões e produções; tem organizado seminários e jornadas; tem realizado diversas tentativas de institucionalização; tem-se transformado numa relevante trincheira de luta em defesa da educação pública, gratuita e universal; de combate contra o desmantelamento do sistema público de ensino; contra as posições retrógradas e conservadoras. Enfim, tem-se transformado em instrumento de resistência contra as privatizações e de luta em defesa dos interesses da classe trabalhadora.

A importância de estudar a PHC deve-se ao fato de ser a principal teoria pedagógica

corrente no Brasil, aqui no mundo. Trata-se de uma pedagogia contra hegemônica que objetiva ser hegemônica e construir uma educação para outra sociedade.

Daí a necessidade de compreendermos seus pressupostos, fundamentos, sua teoria e, a partir disso, realizarmos uma prática/ação pedagógica adequada a ela. Afinal, não há prática consequente sem conhecimento apropriado.

Por isso, como nos diz Gramsci, "Instruí-vos, porque precisamos da vossa inteligência. Agitai-vos, porque precisamos do vosso entusiasmo. Organizai-vos, porque carecemos de toda a vossa força".



TABELA DO MAGISTÉRIO - LEI MUNICIPAL 1835/2008

Tabela em vigor a partir de 1º de julho de 2017, com reajuste de 3,4%. Lei Municipal 3.125/17

CLASSE I - Professoras/es de 1ª a 4ª séries

Código	Nível	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T
C0101A	Nível I	1.610,21	1.674,62	1.741,61	1.811,27	1.883,72	1.959,07	2.037,43	2.098,56	2.161,51	2.226,36	2.293,15	2.361,95	2.432,80	2.481,46	2.531,09	2.581,71	2.633,35	2.686,01	2.739,73	2.794,53
C0102A	Nível II	2.012,76	2.093,27	2.177,00	2.264,08	2.354,64	2.448,83	2.546,78	2.623,19	2.701,88	2.782,94	2.866,43	2.952,42	3.040,97	3.101,79	3.163,83	3.227,10	3.291,65	3.357,48	3.424,63	3.493,12
C0103A	Nível III	2.415,31	2.511,92	2.612,40	2.716,90	2.825,57	2.938,59	3.056,14	3.147,82	3.242,26	3.339,52	3.439,71	3.542,90	3.649,19	3.722,17	3.796,62	3.872,55	3.950,00	4.029,00	4.109,58	4.191,77
C0104A	Nível IV	2.656,83	2.763,10	2.873,63	2.988,57	3.108,12	3.232,44	3.361,74	3.462,59	3.566,47	3.673,46	3.783,67	3.897,18	4.014,09	4.094,37	4.176,26	4.259,78	4.344,98	4.431,88	4.520,52	4.610,93
C105A	Nível V	3.055,35	3.177,56	3.304,67	3.436,85	3.574,33	3.717,30	3.865,99	3.981,97	4.101,43	4.224,47	4.351,21	4.481,74	4.616,20	4.708,52	4.802,69	4.898,75	4.996,72	5.096,65	5.198,59	5.302,61
		0-2anos		3-5anos		6-8anos		9-11anos		12-14anos		15-17anos		18-20anos		21-23anos		24-26anos		27-29anos	

CLASSE II - Professoras/es de 5ª a 9ª séries e pedagogas/os

Código	Nível	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T
C0201A	Nível I	2.012,76	2.093,27	2.177,00	2.264,08	2.354,64	2.448,83	2.546,78	2.623,19	2.701,88	2.782,94	2.866,43	2.952,42	3.040,99	3.101,81	3.163,85	3.227,13	3.291,67	3.357,50	3.424,65	3.493,14
C0202A	Nível II	2.415,31	2.511,92	2.612,40	2.716,90	2.825,57	2.938,59	3.056,14	3.147,82	3.242,26	3.339,52	3.439,71	3.542,90	3.649,19	3.722,17	3.796,62	3.872,55	3.950,00	4.029,00	4.109,58	4.191,77
C0203A	Nível III	2.656,83	2.763,10	2.873,63	2.988,57	3.108,12	3.232,44	3.361,74	3.462,59	3.566,47	3.673,46	3.783,67	3.897,18	4.014,09	4.094,37	4.176,26	4.259,78	4.344,98	4.431,88	4.520,52	4.610,93
C0204A	Nível IV	3.055,35	3.177,56	3.304,67	3.436,85	3.574,33	3.717,30	3.865,99	3.981,97	4.101,43	4.224,47	4.351,21	4.481,74	4.616,20	4.708,52	4.802,69	4.898,75	4.996,72	5.096,65	5.198,59	5.302,56
C0205A	Nível V	3.819,19	3.971,96	4.130,84	4.296,07	4.467,91	4.646,63	4.832,49	4.977,47	5.126,79	5.280,60	5.439,01	5.602,18	5.770,25	5.885,66	6.003,37	6.123,44	6.245,90	6.370,82	6.498,24	6.628,20
OBS*		0-2anos		3-5anos		6-8anos		9-11anos		12-14anos		15-17anos		18-20anos		21-23a		24-26anos		27-29anos	
		0-2anos		3-5anos		6-8anos		9-11anos		12-14anos		15-17anos		18-20anos		21-23anos		24-26anos		27-29anos	

*OBS. Pedagogos/as nomeados/as antes de 01/01/2008 - Tabela disponibilizada pela Secretaria de Gestão de Pessoas da PMA

AGENDA

ABRIL

- **Dia 11**
Conselho de Representantes, 8h30 e 13h30, no Sismmar
- **Dia 25**
Coletivo de Aposentadas/os, 13h30, no Sismmar

MAIO

- **Dia 10**
Conselho de Representantes, 8h30 e 13h30, no Sismmar

Portal
sismmar.com.br

Facebook
Sismmararaucaria

WhatsApp
(41) 9 8753-5167

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Fevereiro de 2018

SALDO EM 31 JANEIRO DE 2018	
Bancário	9.912,03
Aplicações	78.347,21
TOTAL	88.259,24
RECEITAS	
Repassé PMA	47.939,55
Repassé FPMA	6.987,64
Cheque devolvido	8.210,00
Jurídico	1.394,42
Investimento aplicação	4.702,00
DESPESAS	
Repassé	
CNTE	1.998,25
Despesas - Assessorias e Serviços	
Dieese	882,68
Contabilidade	1.166,00
Assessoria Jurídica	9.954,27
Assessoria Jurídica	1.600,00
Fotocópias	175,00
Informática	275,00
O Popular	300,00
Motoboy	300,00
Campanha de Lutas	
Gráfica	895,00
Formação sindical	
CNTE e outros	1.793,04
Sede	
Copel	157,10

Sanepar	106,60
Telefone fixo	690,85
Telefone Móvel	270,59
Água Mineral	66,00
Segurança	100,00
Internet	249,00
Mercado	115,40
Reforço de caixa	1.000,00
Trabalhadores	
Auxílio refeição	2.153,20
Auxílio transporte	178,70
Plano de saúde	1.924,55
Salários e férias	4.101,76
CIEE - estagiária jurídico	1.175,00
Impostos e taxas	
PIS, FGTS, INSS, ISS	6.673,49
Custos Jurídicos	2.794,62
Custos bancários	161,18
Outras despesas	
Marcas e Patentes	295,00
Dedetizadora	680,00
Armazenamento	349,99
Festa do Professor	8.210,00
Veículo	
Combustível	80,00
Seguro	236,97
SALDO EM 28 FEVEREIRO 2018	
Bancário	11.690,13
Aplicações	83.565,40
TOTAL	95.255,53



Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Araucária

FIRMES! A LUTA MUDA A VIDA
Gestão 2018-2020

Av. Beira Rio, 31, Bairro Jd. Iguazu, Araucária, PR. CEP 83.701-090
Fone/fax (41) 3642-1280. Celular (TIM)/whatsapp (41) 98753-5167
Email sismmar@gmail.com

Diretoria Colegiada Plena - Coord. Geral: Josiane Furman e Daniel Martello Lazinho; **Coord. Administrativa:** Josiel dos Santos Lima, Clarice Maria Mosson e Luci Maria Mosson; **Coord. de Finanças:** Tatiane C Penkal Burnagui, Juliana Pinto Kato; **Coord. de Organização Sindical:** Zuleica Gapski Vieira, Ana Paula Martins; **Coord. de Comunicação:** Alice C Unicki dos Santos, Juliana Tais Ferreira; **Coord. de Assuntos Pedagógicos e Formação Política:** Verieli della Justina, Rita de Cácia de Souza e Solange Orlikovsk; **Coordenação de Aposentados:** Isis de Fátima Klechovicz, Francielli Teresinha Berna; **Suplentes:** Marco Antonio B Mafra, Everton W Burnagui, Marcia Antonia Kusman, Adriana do Rocio Kusman Fleter e Udo Enns. **Atendimento -** Adrielle Silva, Nilce L Pereira e Daniela Souza Santos. **Redação, edição e editoração -** Luiz Herrmann (DRT-2331). **Impressão:** Gráfica Mansão. 1000 exemplares.

Araucária

Corrupção da gestão Olizandro vem à tona

Após quatro anos de prejuízos para os servidores e a população, os podres começa a aparecer

Olizandro Ferreira passou todo o seu segundo mandato de prefeito sob o risco de ser cassado por improbidade. Sua administração caótica já indicava que corrupção conti-

nuava. Em junho de 2016 ele se afastou e foi substituído pelo vice Rui Souza, que terminou o ano na cadeia.

Agora, a delação premiada do ex-secretário João Cae-

tano Saliba de Oliveira jogou luz em diferentes esquemas de corrupção e resultou em três operações da Gaeco com prisões preventivas e provisórias contra vinte pessoas.

Segundo o Ministério Público, foram desviados ao menos R\$ 8 milhões. A acusação de compra de apoio de vereadores é a que mais estremece. Primeiro, porque envolveu quase toda a Câmara Municipal. Além do valor mensal de R\$ 10 mil, cada vereador podiam indicar cinco comissionados. Assim, inchava folha de pagamento e não pagava os direitos dos servidores.

Confira ao lado as operações do MP e da Gaeco e as pessoas acusadas.

RECADASTRAMENTO DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS		
FPMA		
Quando?	Pessoas cujos nomes iniciam com...	
1ª semana	2 a 6 de abril	A, B, C, D
2ª semana	9 a 13 de abril	E, F, G, H, I, J
3ª semana	16 a 20 de abril	K, L, M, N
4ª semana	23 a 27 de abril	O, P, Q, R, S, T, U, V, W, X, Y, Z

Jurídico

Nota do Sismmar sobre o rateio da ação da Unimed

Na assembleia realizada em 28 de março, os professores aprovaram por maioria o rateio das custas processuais relativas à ação que solicitava o fim dos descontos da cobrança de INSS dos beneficiários do plano empresarial da Unimed

Em dezembro de 2014, o Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional o artigo 22, inciso IV, da Lei 8.212, de 1991, que definia em 15% a contribuição previdenciária de serviços prestados por cooperados por intermédio de cooperativas de trabalho.

Esta contribuição era cobrada mensalmente dos servidores filiados ao Sismmar que contrataram o plano de saúde empresarial da Unimed. Seu valor era calculado com base no total pago por cada servidor à cooperativa.

Diante da inconstitucionalidade da cobrança, a assessoria jurídica do Sismmar ingressou com ação em 2016 para suspender o desconto e restituir os valores já pagos. Esta decisão beneficiaria, imediatamente, os associados que aderiram ao convênio.

Em setembro de 2017,

a direção do sindicato foi surpreendida pela decisão judicial que extinguiu o processo sem julgar o mérito. E condenou o sindicato a pagar os honorários dos advogados da outra parte. Porém, apenas no início deste ano, o Sismmar foi intimado a pagar os ônus sucumbenciais no valor de R\$ 31.519,89, até 9 de abril.

Mesmo sem o julgamento do mérito, protegidos em caráter liminar, nenhum sindicalizado beneficiário do plano sofreu desconto do INSS sobre o valor total de suas faturas pagas à Unimed desde o ano de 2016 até os dias atuais.

A direção do Sismmar, preocupada com o equilíbrio financeiro da entidade, e por entender que o alto custo da ação seria pago por todos os sindicalizados, mesmo por aqueles que não são beneficiários do plano de saúde, propôs o rateio à categoria. A proposta foi aprovada em assembleia e o custo será dividido entre as pessoas que se beneficiaram da ação.

Atualmente são 229 servidores filiados titulares do plano. O Sismmar fará um le-

vantamento dos beneficiários que tinham o convênio em 2016 e 2017 e que arcarão com rateio. O valor devido a cada usuário será dividido em cinco parcelas iguais, consignadas no contracheque.

O Sismmar arca integralmente com os custos dos processos coletivos e individuais, na contramão da maior parte dos sindicatos. Essa situação onera em muito o orçamento da entidade, uma vez que, dada a intransigência dos governos, as ações judiciais se avolumaram. Mesmo assim, nos últimos anos, nenhum reajuste de mensalidade sindical foi proposto e assim pretendemos permanecer.

É necessária a compreensão dos filiados nesse momento. Ao discutir a questão, a assembleia entendeu que os recursos da entidade devem custear as lutas em defesa dos direitos de toda a categoria e, portanto, é fundamental zelar de forma coletiva e solidária pelo patrimônio da entidade sindical.

Para mais esclarecimentos, o filiado pode entrar em contato com o Sismmar pelo telefone 3642-1280.

Operações policiais

• Operação Mensalinho

Em troca de apoio político, Olizandro teria pago R\$ 10 mil por mês a cada vereador acusado, no seu segundo mandato

• Operação Alqueire de Ouro

Investiga a superfaturamento de terreno comprado pela Codar por R\$ 1,8 milhão

• Operação Vida Fácil

A acusação é de que haveria permuta de terrenos prejudicial ao Município e vantajosa para D. Bocarth em troca de propina

Acusados

- Olizandro Ferreira, *ex-prefeito*
- Rui Souza, *ex-vice-prefeito e ex-prefeito*
- Wilson Roberto da Mota (Betão), *vereador*
- Francisco Cabrini, *vereador*
- Vanderlei Cabeleireiro, *vereador*
- Josué Kersten, *ex-vereador*
- Adriana Cocci, *ex-vereadora*
- Esmael Padilha, *ex-vereador*
- Paulo Horácio, *ex-vereador*
- Pedro Nogueira, *ex-vereador*
- Pedrinho da Gazeta, *ex-vereador*
- Alex Nogueira, *ex-vereador*
- Beatriz de Oliveira Magalhães, *ex-diretora da Codar*
- Marco Osório, *ex-presidente da Codar*
- Fernanda Karas, *ex-diretora da Codar*
- Sebastião Henrique de Melo, *corretor de imóveis*
- Ivone Gloss de Lima, *corretora de imóveis*
- Douglas Borcath Jr, *empresário*
- Edson Luis Casagrande, *advogado*
- Cassimar Terezinha Collodel, *servidora pública*

Fonte: O Popular

Jurídico

Confira as mudanças no setor

Desde o dia 4 de abril, o departamento jurídico do Sismmar conta com a assessoria da equipe do escritório Bentivenha Advocacia Social, composta pelos seguintes advogados:

- Henrique Kramer
- Maurício Corrêa de Moura Rezende
- Ramon Bentivenha
- Vitor Leme

O setor tem também uma estagiária para assessorar o sindicato no âmbito jurídico das questões coletivas.

Novos dias e horários de atendimento

- **Quarta-feira**
TARDE – 13h30min às 16h30min
- **Quinta-feira**
MANHÃ – 9h00min às 11h30min
- **Sexta-feira**
MANHÃ – 9h00min às 11h30min

Devido a participação em curso, em abril, não haverá atendimento nos dias 18 (quarta-feira) e 19 (quinta-feira).

Como opção, o jurídico atenderá nas tarde do dia 17 (terça-feira) e nos dois períodos em 20 de abril (sexta-feira).

Agende sua consulta pelos fones

(41) 3642-1280 ou (41) 98753-5167 (TIM/whatsapp)